

ACTA NÚMERO 117 (CENTO E DEZASSETE)

Aos dois dias do mês de Julho de dois mil e dezasseis, pelas onze horas, no auditório do Centro de Medicina Desportiva de Lisboa, sito na Av.^a Professor Egas Moniz, 1600-190 Lisboa, reuniu em segunda convocatória a Assembleia Geral Extraordinária da Federação Portuguesa de Rugby (FPR), regularmente convocada para o efeito, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 20º dos Estatutos da Federação Portuguesa de Rugby, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Um - Discutir e deliberar sobre o alargamento do principal escalão competitivo de 10 para 12 participantes e aprovação de alterações ao respectivo modelo competitivo;

Ponto Dois - Discutir e deliberar sobre o alargamento do segundo escalão competitivo de 10 para até 16 participantes, desde que este aumento resulte exclusivamente da integração excepcional das equipas B;

Ponto Três - Discutir e deliberar sobre outras alterações regulamentares exigidas pelas deliberações que sejam tomadas no ponto 1 e no ponto 2 desta Assembleia Geral;

Ponto Quatro - Deliberar sobre as alterações regulamentares do regime de jogadores autorizados a participar no jogo, em função da nacionalidade;

Ponto Quinto - Deliberar sobre a cooptação de dois vice-presidentes para a Direcção da FPR;

Ponto Sexto – Diversos

A Mesa da Assembleia Geral foi constituída pelo respectivo Presidente, Tito Arantes Fontes, pelo Vice-Presidente, Miguel Cordovil Matos e pelo Secretário Miguel Rodrigues.

À hora marcada para a primeira convocatória (10.30 horas), o Presidente da Assembleia constatou que não se encontrava reunido o quórum necessário para deliberar, nos termos do n.º4 do Artigo 20.º dos Estatutos, pelo que se decidiu aguardar pela hora marcada para a segunda convocatória (11 horas).

À hora marcada para a segunda convocatória encontravam-se presentes os seguintes delegados, conforme lista de presenças: Paulo Eusébio, Pedro Henriques e José Maria Marques (AA Coimbra); Leonardo Falcão Trigoso (AAAIS Agronomia); Marços Lança e Sylvie Lopes (AAU Aveiro); João Alberty, Ana Alberty e Luis Alberty (AEESA Coimbra); André Gouveia (AEFC Tecnologia); Vasco Sevinato Pinto (AEIS Agronomia); Ricardo Gordo (Belas RC); Pedro Aguilar Monteiro (Braga Rugby); António Vidigal, António Marques e Guilherme Neves (Caldas RC); José Sacavém, Miguel Cordovil Matos e Miguel Rodrigues (CDUL); José Seruca, Vasco Coelho e Joaquim Ferreira (CDUP); António Cunha (CF Belenenses); Manuel Couto, Nuno Raimundo e Vasco Rosa (CR Évora); Filipe Conde e Manuel Barros (CR São Miguel); Artur Conceição, Pedro Lucas e Carlos Lopes (CR Técnico) António Costa e Fernando Manso (CRAV); Pedro Fragoso Mendes (GD Direito); Pedro Vassalo, Francisco Nobrega e Jorge Paixão (GDS Cascais); José Manuel Rosado (R.Vila Moita) Luis

Tomou a palavra o Presidente da Direcção, que lamentou que a Assembleia não seja totalmente deliberativa sem unanimidade, mas lamentou ainda mais o ambiente que encontrou no universo do Rugby Nacional, principalmente a má língua que grassa nas redes sociais. Abordou também a questão do contencioso entre o CDUL e GD Direito acerca da inscrição de um jogador numa situação em que a responsabilidade é da FPR, e referiu que acha legítimo e natural os clubes recorrerem aos órgãos competentes quando o entendam.

O delegado José Seruca, do CDUP, considerou que com estas alterações iríamos tornar o Rugby Português semiprofissional e por esse motivo o seu clube opõe-se a esta proposta de alteração dos modelos competitivos.

Pedro Fragoso Mendes, do GD Direito, afirmou que o seu clube apoia a proposta da Direcção para um novo modelo competitivo, mas relativamente ao ponto agendado sob o número quatro, utilização de jogadores estrangeiros, propõe que tudo se mantenha como está, porque actualmente o rugby nacional não tem capacidade para contratar mais estrangeiros.

Francisco Fragateiro, delegado dos treinadores, falou sobre a qualidade dos treinadores e árbitros que considerou baixa, entendendo que a solução passa pelo reforço quantitativo dos mesmos e pela aposta na formação. Declarou ainda opor-se à regra relativamente aos jogadores estrangeiros.

Paulo Laginha, do RC Loulé, disse que a limitação a três jogadores estrangeiros não considera o facto destes nem sempre serem profissionais e não serem pagos, principalmente nas regiões raianas, e que essa limitação prejudica o desenvolvimento do rugby nos clubes que se encontram nessa situação.

António Paulo Xavier, delegado do RC Elvas, concordou com Paulo Laginha pois o seu clube também conta com vários espanhóis, alguns residentes naquela cidade, para o seu projecto.

Pedro Lucas disse que o Técnico faz parte de uma das maiores universidades mundiais havendo muitos estudantes estrangeiros que podem vir a jogar no clube. Entende que esta regra impede comunitários de jogarem, o que considera negativo e mesmo ilegal.

Manuel Barros, do São Miguel, considera que a utilização excessiva de jogadores estrangeiros vai prejudicar o desenvolvimento dos jogadores nacionais, mas acha que deve haver excepções nos casos fronteiriços.

O delegado da AAC, José Maria Matos, referiu que a AAC também tem muitos estudantes estrangeiros na Universidade de Coimbra, mas que esses jogam Rugby Universitário.

Artur Conceição, do Técnico, lembrou que os melhores resultados foram obtidos com participação de diversos jogadores estrangeiros.

Isabel Ozório, representante dos jogadores internacionais, declarou entender que se devem manter os atuais regulamentos relativos ao número de estrangeiros e equipas B.

Pedro Lucas retomou a palavra, entendendo que o tema é uma questão jurídica.

António Costa perguntou quais são as regras comunitárias.

O Presidente da FPR respondeu que as regras comunitárias de livre circulação não

estão limitadas por não estarem em causa contratos de trabalho. O que a proposta pretende é criar espaço para o crescimento dos jogadores portugueses, respeita a intenção do Técnico de recorrer aos tribunais e acha que se vão retirar ensinamentos positivos da decisão dos mesmos.

Francisco Fragateiro não se opõe à questão posta pelos clubes transfronteiriços, opõe-se sim a que os clubes das grandes cidades façam projectos baseados em inúmeros estrangeiros.

Pedro Vassalo, do Cascais, declarou entender que é possível encontrar um número que satisfaça os vários clubes.

O Presidente da FPR defendeu a proposta para o novo modelo competitivo e nomeou as questões que separam os clubes.

José Maria Marques referiu que todos querem aumentar a competitividade, mas isso passa não só por alterar os modelos competitivos, mas apostar nas selecções regionais, nas academias e alterar o modelo do campeonato nacional de sevens.

Pedro Lucas disse estarem todos cansados de debater estas matérias, não se podendo continuar a adiar, tendo de se passar à prática. Referiu que havia uma expectativa grande com a mudança de Direcção para se alterarem os modelos competitivos, e lamentou que não tenha sido tomada uma decisão em tempo útil até porque estiveram reunidos no passado dia 11 de Março e houve unanimidade, na generalidade, relativamente à proposta apresentada.

Pedro Aguilar Monteiro, do Braga Rugby, disse que o rugby português não se resume à Divisão de Honra. Sobre a proposta da I Divisão não concorda com a entrada das equipas B, e lamentou que nada tenha sido apresentado sobre a II Divisão. Mas se dos actuais 12 clubes subirem dois, ficam duas divisões regionais com 5 equipas o que é manifestamente insuficiente para jogarem durante o calendário desportivo. O modelo deve ser organizado pela base, caso contrário vão estreitar a base e desconsiderar os clubes da II Divisão. Por esse motivo propôs que seja um único grupo.

Amílcar Seco pediu autorização para intervir, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade pela Assembleia. Referiu que a proposta para o 2º escalão vai aumentar o fosso entre os primeiros e os restantes clubes. Há um aumento de jornadas que aumenta os pesados encargos com as deslocações, é um assunto que merece mais consideração. Apesar de tudo são a favor do alargamento e propõem uma comissão que contemple todas as regiões.

António Paulo Xavier referiu que com esta proposta haveria um aumento de quatro a cinco mil euros só nos custos das deslocações. Propôs um Campeonato Nacional a seis meses, Taça de Portugal em Grupos e Selecções Regionais.

George Stilwell, do RC Santarém, referiu que Lisboa é um sorvedor de jogadores, os clubes B podem ser o fim de muitos clubes. Encurtar o calendário é mau e desmotivador.

O delegado do Vitória, Renato Marçalo, é contra um calendário curto, acha que o actual modelo é o melhor e o mais competitivo. As equipas B têm que ser muito bem regulamentadas e como algumas vão ser de grande qualidade pode dar-se o caso de haver finais do campeonato sem a equipa que vai subir de divisão.

Manuel Couto, do Évora, referiu ter apresentado uma proposta de três grupos com quatro clubes cada que não foi considerada. A proposta da FPR significa que os clubes fora de Lisboa terão fazer uma espécie de Volta a Portugal, e os de Lisboa a volta maior que têm de fazer é ir até Cascais.

Manuel Barros propôs que se fizesse um estudo sobre os custos de deslocação e encontrar uma forma solidária a contento de todos.

Francisco Nóbrega, do Cascais, disse que a escassez dos jogadores limita a competitividade e onde se perdem mais jogadores é a partir dos Sub-19, subindo muito poucos para os Sub-23, daí defender as equipas B.

Pedro Fragoso Mendes disse que existem vontades dos clubes que são inconciliáveis e que não se pode continuar a adiar. O Rugby português tem três andamentos e a FPR tem de saber gerir isto, tem legitimidade em confrontar os clubes com o novo modelo, se não agora daqui a um ano e lembrou que os clubes podem organizar competições.

Francisco Fragateiro disse que não é à FPR que compete resolver os problemas dos clubes.

Manuel Couto disse que a referência à volta a Portugal não é só por questões financeiras mas também pela desmotivação dos jogadores.

José Manuel Marques apelou ao Presidente da FPR que aproveite todo o trabalho feito pelos diversos grupos de trabalho.

Luis Cassiano Neves, Presidente da FPR, agradeceu a presença de todos e disse que após esta Assembleia Geral ficou mais apto a decidir.

Nada mais havendo a tratar, pelas 14 horas e 30 minutos o Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu os trabalhos por encerrados, lavrando-se a presente acta que vai assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Geral.



Manuel Couto
José Manuel Marques